

## Declaração conjunta | Conferência de Santa Marta

A Comunidade Lusófona, tal como o resto do globo, enfrenta desafios e tem oportunidades únicas na transição energética e na ação climática. Com territórios diversos, recursos naturais estratégicos e populações altamente vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, é fundamental que a voz da sociedade civil seja ouvida e considerada na definição de políticas climáticas e energéticas.

A Conferência de Santa Marta oferece uma oportunidade estratégica para a apresentação de resultados concretos que aceleram a eliminação dos combustíveis fósseis, centrada na justiça climática, proteção social, cooperação e promoção de soluções sustentáveis e inclusivas. Pretende-se, assim, contribuir para uma transição energética global que seja eficaz, equitativa e alinhada com os objetivos do Acordo de Paris.

A extração de petróleo, gás e carvão tem de chegar ao fim. Contudo, a questão determinante da transição energética não se limita ao momento em que essa extração cessará: reside sobretudo em decidir quem conduz este processo, quem assume os custos, quem beneficia de proteção e quem fica mais exposto.

O presente momento exige liderança política, visão estratégica e compromisso internacional, de forma a garantir que a transição energética seja justa, equitativa e eficaz para todos.

Nesse sentido, apresentamos as medidas que consideramos mais urgentes e estruturantes para assegurar uma transição energética justa, equitativa e eficaz:

### **1. Fim da dependência de combustíveis fósseis**

Reforça-se a mensagem de que a extração de petróleo, gás e carvão deve terminar com urgência, em conformidade com as metas científicas de redução de emissões e com os compromissos estabelecidos pelo Acordo de Paris. Defende-se uma transição energética para fontes renováveis, limpas e acessíveis, com enfoque na justiça climática entre países, comunidades e gerações, garantindo que essa transformação ocorra de forma equitativa. Além disso, propõe-se a apresentação de um plano claro para eliminar os combustíveis fósseis, por meio da definição de um roteiro global (roadmap) com metas e prazos concretos, que impeça novos projetos fósseis e concentre os esforços na redução da oferta, e não apenas da procura.

A transição para uma economia descarbonizada exige uma abordagem integrada que atue tanto do lado da procura como do lado da oferta, apoiada por instrumentos económicos eficazes. Do lado da procura, importa promover a redução do consumo de combustíveis fósseis, reforçar a segurança e a soberania energética dos países e eliminar progressivamente os principais motores estruturais que sustentam essa dependência. Em paralelo, do lado da oferta, é necessário planear a redução e o encerramento faseado da exploração de combustíveis fósseis, assegurando que os custos associados à transição energética sejam distribuídos de forma justa. Esta transformação deve ainda ser sustentada por instrumentos económicos que redirecionem os subsídios atualmente atribuídos aos combustíveis fósseis para o investimento em energias limpas e que criem incentivos eficazes à descarbonização dos setores produtivos e energéticos, acelerando uma mudança estrutural para modelos mais sustentáveis.

### **2. Justiça climática e proteção dos mais vulneráveis**

A transição energética deve assentar numa transformação estrutural das economias, promovendo a reconversão produtiva de forma a evitar que uma dependência extrativa seja apenas substituída por outra, e assegurando, em vez disso, a criação de modelos sustentáveis, diversificados e resilientes. Este processo tem de ser socialmente justo, garantindo que não agrava desigualdades nem impõe encargos desproporcionais aos grupos sociais mais vulneráveis ou aos países mais frágeis, que já enfrentam de forma intensa as consequências das alterações climáticas. Nesse sentido, é fundamental exigir mecanismos de proteção social, compensação e apoio financeiro que assegurem que ninguém fica exposto ou marginalizado durante a transição, incluindo medidas como a requalificação profissional e a atribuição de assistência financeira direcionada.

Ao mesmo tempo, importa garantir apoio específico aos trabalhadores e comunidades dependentes dos combustíveis fósseis, bem como aos países em desenvolvimento mais vulneráveis, aplicando o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. A justiça e eficácia desta transição dependem também de condições de transparência e participação: é essencial assegurar que os meios de comunicação social tenham acesso à informação necessária para apoiar as populações na mitigação dos efeitos nefastos destas atividades e, igualmente, encorajar a participação ativa da sociedade civil na definição de políticas, reforçando a responsabilidade, a transparência e a participação democrática em todo o processo.

### **3. Cooperação reforçada e compromisso internacional**

A Conferência de Santa Marta deve afirmar-se como um espaço privilegiado para desenvolver soluções e caminhos jurídicos, económicos e sociais que impulsionem uma transição eficaz e sustentável, através da criação de uma plataforma de cooperação global que reúna governos, sociedade civil e setor privado, com o objetivo de complementar o processo oficial da ONU por meio de ações mais rápidas e ambiciosas. Para que esse processo seja efetivo, é essencial que seja inclusivo, envolvendo também comunidades locais, e que exija dos governos e organismos internacionais uma visão estratégica e ambiciosa, alinhada com a urgência científica da crise climática.

Neste contexto, importa promover o alinhamento com metas globais, incluindo o Acordo de Paris, assegurando coerência entre compromissos internacionais e políticas nacionais. Os resultados da Conferência devem servir de base para futuras COPs e para a formulação de políticas nacionais, incluindo NDCs e estratégias climáticas, garantindo coerência internacional e evitando duplicações de esforços. Paralelamente, deve reforçar-se a cooperação entre empresas e universidades da comunidade lusófona na área das energias renováveis, promovendo a partilha de conhecimento, a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento conjunto de tecnologias, através de projetos colaborativos, transferência tecnológica e acesso partilhado a infraestruturas e dados.

Importa ainda destacar o papel estratégico da Comunidade Lusófona na liderança climática, incentivando a partilha de conhecimento, tecnologia e boas práticas, por meio de programas de cooperação que promovam as energias não poluentes e reforcem a resiliência climática em todos os países de língua portuguesa. Desse modo, a Conferência de Santa Marta poderá consolidar-se não apenas como um espaço de diálogo, mas como um motor de ação concreta, coordenação internacional e ambição climática reforçada.

## 5. Educação, consciencialização e ação comunitária

É fundamental incentivar campanhas de literacia para o clima, promovendo o conhecimento e a consciencialização pública sobre as causas, os impactos e as soluções para as alterações climáticas de forma acessível e inclusiva. Estas iniciativas devem capacitar cidadãos, comunidades e organizações para adotarem comportamentos mais sustentáveis e participarem ativamente na transição energética e na tomada de decisões informadas, nomeadamente através de programas em contexto escolar, workshops comunitários e outras ações de educação e sensibilização. Paralelamente, importa valorizar iniciativas locais que integrem comunidades, jovens e organizações da sociedade civil na construção de soluções climáticas, reconhecendo o papel central da participação de base comunitária na promoção de respostas inovadoras, justas e adaptadas às realidades locais.

A Rede Lusófona para o Clima reafirma o seu compromisso com um futuro sustentável, justo e resiliente. É imperativo que a Conferência de Santa Marta sirva como catalisador de decisões políticas ambiciosas, cooperação estratégica e ação concreta.

Exortamos os governos, as instituições e os participantes da Conferência de Santa Marta a assumir responsabilidades claras e a garantir que a transição energética seja verdadeiramente justa e inclusiva, não deixando ninguém para trás. A liderança, a visão estratégica e o compromisso coletivo são indispensáveis para que os objetivos climáticos se transformem em resultados tangíveis e duradouros para as comunidades, os países e o planeta.

**zero.**

**oikos**  
cooperação e desenvolvimento



ASSOCIAÇÃO  
**KUDISANZA**  
Ambiente, Saúde e Vida



**ur**

